

# Jornalismo como forma de conhecimento: um ensaio

Giovanni Pampolha Guerreiro

## **Subjetividade e padrões jornalísticos**

Entender que o jornalismo não é uma forma de conhecimento, mas sim a degradação do saber, é negligenciar o trabalho de pesquisa e apuração feito por jornalistas diariamente. Na mesma linha, considerar o jornalismo como forma de conhecimento traz uma exigência muito maior em torno de seu conteúdo, convertendo os jornalistas em produtores e reprodutores de conhecimento, e não mais meros comunicadores. Assim, qualquer posicionamento tomado é automaticamente um posicionamento ideológico.

No atual contexto econômico, político e moral, para alguns jornalistas a importância de tantos constrangimentos internos e externos às organizações jornalísticas têm servido de desculpa para sua alienação na cobertura das notícias (Serra, 2004, p. 15).

Um ponto importante é que, quanto mais desconectado de contexto o trabalho, mais falho ele costuma ser. Perseu Abramo (2006) apresenta teorias sobre a maneira como as mídias manuseiam a realidade e manipulam, deliberadamente ou não, a sociedade em que

estão inseridas. De acordo com o autor, os padrões de manipulação são caracterizados exatamente pela perda do vínculo com a realidade.

A teoria do *gatekeeper*,<sup>1</sup> por exemplo, possui abordagens diferentes com relação aos critérios de seleção da notícia. White (1950) acreditava que as escolhas do jornalista eram subjetivas. Gieber (1956) pregava que a burocracia das redações era um fator determinante. Hirsch (1972) dizia que o jornalista atuava através de normas profissionais. Esta última constitui a hipótese mais atual, e até por isso mais aceita para enquadrar o jornalismo produzido hoje em dia. De novo Serra (2004, p. 15):

Se os dados empíricos em muitos casos demonstram que quantitativamente a influência individual dos jornalistas não tem um maior impacto, o fato de que essa possa provocar alguma influência é qualitativamente relevante.

Para que melhor se entenda o papel da subjetividade na criação de conhecimento por meio da comunicação, toma-se como referência a exposição de Eduardo Meditsch no Encontro da Arrábida, em 1997 – até por isso este ensaio se afunila para o jornalismo como forma de conhecimento, foco da discussão levantada por Meditsch, na qual ele apresenta sua visão (que mais tarde, em 2002, se tornaria artigo). Além, é claro, da forma como a própria subjetividade faz parte do dia a dia do profissional de comunicação e, por conseguinte, do material final apresentado. Afinal, “as necessidades que, pretensamente, orientam o ser, recebem seu sentido a partir de uma intenção que não procede mais destas necessidades” (Lévinas, 2012, p. 38).

---

1 Segundo ela, “só viram notícia aqueles acontecimentos que passam por um portão (*gate*). E quem decide isso é uma espécie de porteiro ou selecionador (o *gatekeeper*), que é o próprio jornalista” (Pena, 2005, p. 133).

Este ensaio nasceu exatamente da inquietude gerada pelas discussões sobre subjetividade dentro do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* da Cásper Líbero, no âmbito da disciplina “Comportamento, subjetividade e cultura da mídia”, ministrada pelo professor e coordenador Dimas Künsch. Embora o jornalismo não tenha sido o foco da disciplina, a posterior leitura do artigo de Meditsch trouxe as duas questões lado a lado. Afinal, por mais objetividade que se tente imputar ao ato jornalístico, a própria compreensão de suas técnicas é subjetiva. E as consequências disso na formação da identidade do jornalista têm de ser consideradas.

As indicações de Abramo sugerem uma prática de estilhamento da realidade, uma desconexão entre os fatos, seus antecedentes e seus consequentes. Ele chama isso de padrão de fragmentação. Nele, há “duas operações básicas: a seleção de aspectos (...) e a descontextualização” (2006, p. 27). A partir disso, podemos interpretar esse padrão como uma “continuação” da prática do *gatekeeper* – embora a seleção já tenha ocorrido e a notícia já seja considerada fato jornalístico, outro tipo de seleção continua. Assim como o fato foi escolhido dentre muitos, os seus fragmentos também vão ser selecionados entre si, e publicados de acordo com as determinações do órgão de imprensa, postas em prática pelo jornalista.

Outro padrão é o de inversão. Decorrente da fragmentação do fato, acontece uma inversão dos componentes da notícia. Essa inversão por si só já é uma seleção e, assim como o padrão de fragmentação, é determinada pelos órgãos de imprensa. Podendo ser: da relevância dos aspectos; da forma pelo conteúdo; da versão pelo fato; da opinião pela informação. O padrão de indução já é mais facilmente conectado com a hipótese do agendamento,<sup>2</sup>

---

2 Para ela, “os consumidores de notícias tendem a considerar mais importantes os assuntos que são veiculados na imprensa, sugerindo que os

uma vez que o indivíduo “é induzido a ver o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele o veja” (Abramo, 2006, p. 33). Assim, o receptor da informação a recebe de maneira “distorcida, retorcida e recriada”, e ainda sofre agendamento, uma vez que “é induzido a acreditar não só que seja assim, mas que assim será eternamente” (Abramo, 2006, p. 35).

Este ensaio não tem a pretensão de mergulhar na teoria do jornalismo, mas a discussão e compreensão dos padrões levantados por Abramo mostra a enormidade de objetos de estudo possíveis na área e ao mesmo tempo um claro direcionamento em relação aos estudos sobre jornalismo, o que dá ainda mais relevância para a discussão dele como forma de conhecimento. A frequência do assunto amplia o debate que, entretanto, tem dificuldade de sair do maniqueísmo. Como “decidir” entre negligência e exigência? O ideal seria encontrar um meio termo, que nesse caso pouco se vê. Ou o jornalismo é uma forma de conhecimento, ou pratica a degradação do saber. Em uma pergunta de sim e não, poucos se atrevem a responder “talvez”.

### **Características do saber**

No âmbito da produção do conhecimento, observações revelam a necessidade de fundamentos teóricos, ou matrizes, como propôs o jornalista e sociólogo Jairo Ferreira ao tratar das matrizes do conhecimento jornalístico. Segundo ele, “as relações entre estes quatro planos de desenvolvimento do conhecimento (epistêmico, simbólico, instrumental e prático) são de mútua interação, e constituem matrizes de conhecimento” (Ferreira, 2000, p. 9-10). Essas quatro matrizes, entretanto, não são independentes entre si, muito pelo contrário. Elas se interligam

---

meios de comunicação agendam nossas conversas. Ou seja, a mídia nos diz sobre o que falar” (Pena, 2005, p. 142).

profundamente, como Ferreira (2000, p. 10) diz quando declara que “cada forma de conhecimento é um funcionamento relacionável a outras formas, sendo passível de análises sob perspectivas diversas conforme as combinações possíveis”, exemplificando com a afirmação de “que o conhecimento pragmático, por exemplo, é um funcionamento ao mesmo tempo epistêmico, simbólico e normativo” (Ferreira, 2000, p. 10).

“Nesse contexto, não há mesmo por que exigir do que não é ciência que o seja, que aja segundo os preceitos e exigências do método empírico [...]. Perde bastante o sentido, dentro desta percepção, a discussão sobre diferentes graus de ‘rigor’ entre ciência e jornalismo” (Carraro, 2015, p. 11). Isso posto, é fundamental entender que o jornalismo também tem suas formas técnicas e objetivas, mas ao tratar de uma narrativa diária e contemporânea, é impossível separá-lo da subjetividade, da atualização da informação, do caráter de incerteza sobre os próximos acontecimentos – e o mosaico que eles formarão, ao lado dos eventos do dia anterior. Ainda segundo Carraro (2015, p. 11), “a noção de narrativa como lugar de produção de conhecimento pode ser deveras útil para um entendimento atual do jornalismo e de seu lugar social”.

Outra abordagem sobre o conhecimento jornalístico, também discutida por Meditsch, foi de autoria do jornalista e sociólogo Robert Park, que já nos anos 1940 tratava o jornalismo como uma forma de conhecimento, baseando-se nos conceitos de seu tutor, William James. De acordo com Park (1976), há dois tipos de conhecimento, o “conhecimento de” e o “conhecimento acerca de”. O primeiro aborda “a espécie de conhecimento que inevitavelmente adquirimos no curso de nossos encontros pessoais e de primeira mão com o mundo que nos rodeia” (Park, 1976, p. 169). Ou seja, o “conhecimento de” é o que hoje

chamamos de senso comum. Ele existe a partir de experiências individuais, diferentes para cada pessoa. O “conhecimento acerca de”, por sua vez, “baseia-se na observação e no fato, mas no fato verificado, rotulado, sistematizado e, finalmente, ordenado nesta ou naquela perspectiva, segundo o propósito do pesquisador” (Park, 1976, p. 171). Dessa maneira, esta forma de conhecimento é científica, racional e metódica.

Park, assim, propõe um terceiro tipo de conhecimento, uma gradação entre o sistemático e o trivial. É a partir disso que surge a ideia de uma terceira abordagem, sugerida por Meditsch, enfatizando a unicidade do jornalismo. Esta concepção traz à tona o entendimento do jornalismo como um conhecimento segregado, diferenciado dos demais, em especial por seu caráter imediatista. Carraro (2015, p. 12) relaciona essa abordagem com a proposta da complexidade do saber levantada em inúmeras oportunidades por Edgar Morin:

Essa ideia de complexidade de todo esforço humano por descobrir, inventar, compreender, explicar, narrar, mais aberta, ampla e dinâmica, interroga e tensiona a própria noção, que tantas vezes transparece das discussões sobre a natureza do jornalismo e seus prováveis futuros caminhos, de que o jornalismo seja em algo semelhante a um bloco monolítico – predomina, com efeito, na prática e no entendimento corrente, a ideia da notícia, do impresso, do diário, dos gêneros informativos, como se isso, só isso, desse conta do que poderíamos chamar, como o faz Medina (2003), a grande narrativa da contemporaneidade.

Na verdade, ela compreende a proposta de Morin exatamente como uma elevação da narrativa:

Umaz fazendo transcender a vida em seus significados aparentes tanto quanto em seus mistérios e, ainda, ou-

tras ressaltando o privilégio da experiência, a narrativa artística tanto quanto a da produção da informação, da análise, do pensamento crítico (Carraro, 2015, p. 13).

Outra questão importante que caracteriza o jornalismo é a sua referencialidade.

O mito da objetividade é um dos grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem. Ainda existe uma aura de fidelidade aos fatos: *deu no jornal, é verdade*. Todavia, jornalistas e estudiosos do assunto concordam, em sua maioria, que não há objetividade. O que existe é a presunção – ou, talvez, a intenção – de objetividade, e isso já representa certa garantia para quem consome a notícia. Por mais que provemos a não objetividade jornalística, nunca poderemos negar a ancoragem referencial presente na maioria das produções jornalísticas. E essa referencialidade é um ponto favorável que ajuda a vender a mercadoria (Buitoni, 2011, p. 25).

Esse é um dos pontos específicos que, para Meditsch, fazem parte de uma das fortalezas do jornalismo como forma de conhecimento: sua natureza comunicacional. Não apenas pela amplitude de acesso e técnicas para facilitar a compreensão – o que por vezes simplifica o conteúdo, mas é a proposta do formato –, mas pela variedade de assuntos. “O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais” (Meditsch, 2002, p. 3).

Assim, torna-se uma das poucas formas de conhecimento que se volta mais para o “conhecimento de” do que para o “conhecimento acerca de”, uma vez que atua no campo da realidade dominante. E é o fato de operar no campo lógico da realidade dominante que assegura, ao modo de conhecimento do jornalismo, tanto a sua fragili-

dade quanto a sua força enquanto argumentação. É frágil enquanto método analítico e demonstrativo, uma vez que não pode se descolar de noções pré-teóricas para representar a realidade. É forte na medida em que essas mesmas noções pré-teóricas orientam o princípio de realidade de seu público-consumidor.

### **Embates ideológicos**

Forte e frágil, imediato e perene, revelador e excludente. Fica claro o motivo pelo qual os debates sobre o jornalismo como forma de conhecimento têm dificuldade de sair do monocromático. A discussão passa a ser, eventualmente, sobre a *qualidade* deste ou daquele produto jornalístico, não sobre o potencial intrínseco do conteúdo. Torna-se um debate de identidade. Assim, trabalhada como uma forma de representação por meio da própria imitação dessa representação (crença), que se dá de maneira tanto individual quanto coletiva, ela precisa se assentar em algumas ideias, em geral consideradas incontestáveis por seus seguidores: é a chamada ideologia.<sup>3</sup>

Segundo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a ideologia possui um papel preponderante na manutenção da identidade, mas sua aplicação ao fenômeno é pouco elucidativa, pois normalmente não se considera a ideologia como parte da definição de identidade. E, tendo noções distintas, a ideologia teria apenas uma relação com a identidade e seria uma forma mantenedora das identidades grupais. Dentre as várias necessidades dos indivíduos está a de manter o máximo que puderem o sentimento de identidade, levando-os, assim, a buscar

---

<sup>3</sup> Aqui, o conceito de ideologia trabalhado é baseado em Gramsci (1986), no sentido de um conjunto de ideias que não é imposto, mas, a partir do objetivo de manutenção de uma hegemonia, dirige sem coerção direta um grupo a caminho do consenso.



sua própria integração em grupos ideológicos. Os grupos ideológicos podem chegar a funcionar precisamente de forma a abranger e delimitar, e paralelamente discriminar e consolidar a ideologia e a identidade dos membros que os constituem. Sendo assim, a identidade e a ideologia são aspectos de um mesmo processo, porém a ideologia continua fora da conceituação de identidade.

O sentimento de identidade só é consolidado porque um dos elementos mais importantes desse processo é o jogo dialético entre a “semelhança e a diferença”. Podendo ser uma semelhança e diferença de um indivíduo consigo mesmo no curso do tempo – ou seja, as mudanças naturais pelas quais o ser humano passa ao longo da vida – ou com outro, no plano grupal. Nesse caso, um exemplo seria o grupo que uma determinada pessoa tem como amigos, ou até colegas de trabalho e as diferenças e semelhanças que para ela podem aproximá-lo ou distanciá-lo de outrem, e finalmente com os outros.

Logo, pode-se observar claramente a existência de uma identidade contrastiva, ou seja, quando uma pessoa ou um grupo afirmam sua identidade, fazem por meio da diferenciação em relação a alguma pessoa ou outro grupo com que se deparam. É uma representação que se constrói por oposição e é tida como essência da identidade. Esta se afirma “negando” a outra identidade, que – pelas considerações do autor – é etnocentricamente visualizada por ela. Através dos nossos valores não julgamos apenas os dos outros, mas os outros de forma geral. Assim, ainda de acordo com Oliveira (1976), a identidade contrastiva persiste atualizando a identidade e representando-a num sistema de referência de caráter ideológico.

Isso cria estruturas sociais dentro dos grupos, por maiores ou menores que sejam. No caso da discussão sobre o jornalismo como forma de conhecimento, pode-se

dizer que isso ajuda a explicar o embate “negligência vs. exigência”, uma vez que “a variabilidade e a pluralidade dos sistemas de organização e de representações sociais têm sua base justamente no aspecto fragmentado, plural, coletivo e polifônico do corpo social” (Maffesoli, 2007, p. 84). Ou seja, o entendimento do modo de produção como um empecilho ou como uma muleta – e aqui o maniqueísmo é proposital para a compreensão do argumento – é o plano de fundo central que transporta a discussão para a qualidade do produto jornalístico final, não para o potencial dele (com o processo de produção incluso, uma vez que a forma é parte integrante do conteúdo).

Segundo Lévinas (2012, p. 24), “captar, por inventário, todos os contextos da linguagem e das posições em que podem encontrar-se os interlocutores é um empreendimento insensato. Cada significação verbal encontra-se na confluência de rios semânticos inumeráveis”. Assim, a compreensão levantada por Meditsch parece ainda mais interessante e sábia, uma vez que não apenas não considera a discussão como finalizada – ela nunca estará –, mas busca tratar o conhecimento jornalístico como uma particularidade, não como um encaixe em definições pré-fabricadas.

O caráter imediatista do jornalismo e, este ensaio humildemente adicionaria, o fato de seu modelo dominante de negócio ser vinculado à publicidade, já seria motivo suficiente para considerá-lo como uma forma de conhecimento “segregada”. Ao dar voz à realidade dominante, o jornalismo também se torna, como escreve Meditsch, “conhecimento de”, em oposição ao “conhecimento acerca de”. Produz e também reproduz conhecimento. Em suma, “para esta terceira abordagem, o jornalismo não revela mal nem revela menos a realidade do que a ciência: ele simplesmente revela diferente” (Meditsch, 2002, p. 3).

## **A legitimidade do conhecimento**

A compreensão acerca das formas de conhecimento é diversa, em especial nas Ciências Humanas. Todas elas têm o homem como seu objeto de estudo, mas possuem abordagens diferentes. Ainda que suas essências sejam parecidas e tenham a mesma origem, essas ciências buscam formas de conhecimentos distintas, e o fazem a partir de métodos peculiares.

Com o jornalismo não é diferente. E nem teria de ser. Afinal, jornalistas colocam essa forma de conhecimento em prática diariamente, ao redor do mundo. E o conhecimento jornalístico funciona em bases diferentes de outros conhecimentos. Jornalistas, assim como cientistas, imaginam, discutem, apuram, questionam e protestam, é claro, até divulgar o conhecimento. Até publicar a notícia. Mas a relação com o modo de produção é diferente, o sistema econômico é diferente e, principalmente, a durabilidade é diferente. Isso polariza sobremaneira o debate do jornalismo como forma de conhecimento, o que acaba criando estruturas sociais muito claras e faz a discussão enveredar para o lado da qualidade do jornalismo.

Em um momento de reprodutibilidade acelerada, em que a informação do mundo e da sociedade é cada vez mais fragmentada e sua compreensão cada vez mais difícil, “não é aconselhável descartar a priori qualquer das formas disponíveis de conhecer e *re-conhecer* o mundo, por mais limitada e singela que possa parecer”, afirma Meditsch (2002, p. 6).

Daí a necessidade de se compreender melhor como funciona o jornalismo como modo de conhecimento, e de investigar até que ponto ele não será capaz de nos revelar aspectos da realidade que não são alcançados por outros modos de conhecer mais prestigiados em nossa cultura (Grifo do autor).

Segundo Vera Regina França (2002, p. 487), “a comunicação nomeia atos específicos, relações particulares erigidas em torno da palavra – de tal maneira que podemos dizer que é a linguagem que marca a especificidade da relação comunicativa. Mas ela não responde sozinha pelo ato comunicacional”. Daí a importância das estruturas sociais criadas em torno de uma identidade jornalística. Para a autora (2002, p. 487), “é enquanto relação, interação – presença do um e do outro – que a comunicação marca sua concretude de prática social particular. A relação precede a palavra e é a palavra que dá os contornos e ‘realiza’ a relação”.

A partir de um posicionamento ideológico inevitável, a discussão torna-se fragmentada – como o próprio conhecimento jornalístico é. E como ato comunicacional, Lévinas (2012, p. 29, grifo do autor) o equivale ao mesmo efeito que possuem objetos culturais e gestos linguísticos: “Eles luzem e clareiam; eles exprimem ou iluminam uma época [...]. Reunir em um conjunto ou exprimir, ou ainda tornar a significação possível [...]. Eis que se instaura uma nova função da expressão em relação àquela que, até então, se lhe atribuída”. Para ele, um dia se tratou o ato comunicacional como um serviço para transformar o mundo baseado em nossas necessidades. O conceito se transformou. “Enquanto a ciência se contenta em explicar partes do mundo, ou descrever suas leis mais gerais, o jornalismo quer mostrar todo o mundo” (Buitoni, 2011, p. 24).

Com todos os seus (inúmeros) problemas e limitações, os fragmentos da realidade que o jornalismo produz e reproduz são, hoje, onipresentes. É uma “ciranda de informação: você entra na roda, você sai na hora que quer, ela continua a girar, no dia seguinte, ou na hora seguinte, você dá a mão de novo e gira, gira, gira...” (Buitoni, 2011, p. 25). No momento histórico baseado em uma conectividade

aparentemente infinita e irreversível, é difícil que não se discuta a comunicação e, claro, o jornalismo, como formas de conhecimento. Não melhores nem piores, mas tão legítimas e abertas quanto qualquer outra forma de conhecimento.

### **Referências**

- ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BUITONI, Dulcília. Jornalismo: linguagens no tempo e no espaço. **Líbero**, v. 14, n. 27, p. 23-30, jan./jun. 2011.
- CARRARO, Renata. De Otto Groth ao jornalismo da era digital: a narrativa do presente como forma de conhecimento. Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Intercom, 2015.
- FERREIRA, Jairo. Formas e campos de conhecimento: âncoras para um dispositivo de formação e de comunicação. Intercom – Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2000, Manaus. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/aa3b76618f2ad4f7ef742b674b7c9830.pdf>>. Acesso em: 17 de junho de 2015.
- FRANÇA, Vera. Construção jornalística e dizer social. In: MOUILAUD, Maurice; DAYRELL, Sérgio (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002, p. 483-500.
- GIEBER, Walter. Across the desk: a study of 16 telegraph editors. **Journalism Quarterly**, n. 33, p. 426-432, 1956. Disponível em: <<http://www.ajeimc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1956-Gieber-423-32.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.
- GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- HIRSCH, Paul. Processing fads and fashions: an organization-set analysis of Cultural Industry systems. **American Journal of Sociology**, n. 77, p. 639-659, 1972. Disponível em: <<http://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50848/67.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 jul. 2015.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis: Vozes, 2010.
- LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 2012.

- MAFFESOLI, Michel. **O conhecimento comum**: introdução à sociologia compreensiva. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento? **Media & Jornalismo**, n. 1, p. 9-22, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/mediajornalismo/article/view/1084/5273>>. Acesso em: 2 jun. 2015.
- OLIVEIRA, Roberto. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1976.
- PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- SERRA, Sonia. Relendo o gatekeeper: notas sobre condicionantes do jornalismo. **Contemporânea**, n. 1, p. 93-113, 2004. Disponível em: <[https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/12/relendo-o-gatekeeper\\_sonia-serra1.pdf](https://comunicacaoesporte.files.wordpress.com/2010/12/relendo-o-gatekeeper_sonia-serra1.pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2015.
- TRAQUINA, Néelson. **Teorias do jornalismo**: por que as notícias são como são? Florianópolis: Insular, 2004.
- TRAQUINA, Néelson. **Teorias do jornalismo**: A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2008.
- WHITE, David. The gatekeeper: a case study in the selection of news. **Journalism Quarterly**, n. 22, p. 383-391, 1950. Disponível em: <<http://www.aejmc.org/home/wp-content/uploads/2012/09/Journalism-Quarterly-1950-White-383-90.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2015.